

**ATA DE SESSÃO ESPECIAL PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018).** Aos vinte e nove (29) dias do mês de setembro de dois mil e dezoito (2018), às nove horas (09h00), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis, no Plenário Teotônio Vilela, para realização de Sessão Especial para apresentação do relatório de gestão fiscal referente ao segundo (2º) Quadrimestre do ano de dois mil e dezoito (2018) da Prefeitura Municipal de Anápolis, Goiás, em cumprimento ao determinado pela Lei Complementar federal número cento e um (101), do ano dois mil (2000), Artigo nono (9º), Parágrafo quarto (4º): “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º (primeiro) do artigo 166 (cento e sessenta e seis) da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”. Presidiu a Sessão Especial o senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereador Amilton Batista de Faria Filho (Amilton Filho). Estiveram presentes os vereadores: Antônio Roberto Otoni Gomide (Antônio Gomide), Deusmar Chaveiro de Oliveira (Deusmar Japão do Municipal), Domingos Paula de Souza, Elias Rodrigues Ferreira (Pastor Elias Ferreira), Jakson Charles Oliveira Diniz Serbeto (Jakson Charles), João Cesar Antônio Ferreira (João da Luz), José Fernando de Paiva (Fernando Paiva), Lélio Alves de Alvarenga (Lélio Alvarenga), Lisieux José Borges (Lisieux Borges), Luiz Santos Lacerda (Luiz Lacerda), Luzimar Silva, Maria Geli Sanches (Professora Geli Sanches), Pedro Antônio Mariano de Oliveira (Pedro Mariano), Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior (Teles Júnior), Thais Gomes de Souza (Thaís Souza) e Wilmar José Silvestre (Pastor Wilmar Silvestre). Estiveram presentes também o prefeito municipal de Anápolis, Roberto Naves e Siqueira; o vice-prefeito, Márcio Cândido da Silva; e os Secretários Municipais: Geraldo Lino, secretário municipal da Fazenda; Karin Abraão, secretário municipal de Esportes; Antônio Heli de Oliveira, procurador do Município de Anápolis; Gerson Santana Falacci, chefe de Gabinete do prefeito municipal; Francisco Lacerda, secretário de

Obras, Serviços Urbanos e Habitação; Lucas Leite, secretário municipal de Saúde; Maks Louzada, secretário municipal de Governo e Recursos Humanos; Igo Nascimento, secretário municipal de Gestão, Planejamento e Tecnologia; Rodolfo Valentini, presidente do Instituto de Seguridade Social de Anápolis (ISSA); Wederson Lopes, secretário municipal de Meio Ambiente; Alex Martins, secretario municipal de Educação. - À hora marcada, o senhor Presidente, vereador Amilton Filho, declarou aberta a Sessão e cumprimentou o prefeito, os secretários, os vereadores, os diretores, os gerentes, servidores dessa Casa de Lei e da Prefeitura, os membros da Imprensa e os presentes e explicou que a palavra seria concedida ao secretário municipal de Fazenda, Geraldo Lino, e aos seus assessores que julgasse conveniente, e depois seria aberta a palavra aos vereadores. Convidou para usar a palavra o SECRETÁRIO GERALDO LINO: Cumprimentou os presentes e explicou que a receita corrente líquida dos últimos doze meses totaliza novecentos e trinta e seis milhões de reais. Apresentou a relação entre a receita própria da Prefeitura, ou receita tributária, de capital, e as receitas oriundas do Governo Estadual e Federal, e todas foram muito positivas. Disse que nos últimos doze meses a receita tributária foi de duzentos e quarenta e oito milhões de reais, e nesse último quadrimestre, foi de setenta e seis milhões de reais, porém, acreditava que vai até mesmo ultrapassar a previsão de trezentos e quinze milhões no ano. A receita patrimonial totalizou dois milhões e quatrocentos e doze mil reais. Devido à Prefeitura trabalhar com uma velocidade maior, a receita patrimonial estava diminuindo, e como os processos ficavam menos tempo parados, o dinheiro ficou menos tempo aplicado, e isso mostrava a maior eficiência de trabalho. As transferências correntes totalizaram setecentos e sessenta e três milhões de reais nos últimos doze meses, e acreditava que atingiria a previsão de setecentos e setenta e cinco milhões de reais. Explicou que a receita tributária cresceu dezessete por cento, e explicou que essa receita é própria da Prefeitura, e compreende o IPTU, o TSU, o ITU, o ISS e as demais taxas. Apesar da correção do IPTU ter sido apenas pela taxa de inflação e ter ocorrido a redução da TSU, houve um crescimento de dezessete por cento na

arrecadação. Parabenizou a diretoria da Receita pelo trabalho feito diariamente e pela ação de cobrança, pois agora se comunica o contribuinte por carta, e depois se enviaria para protesto eletrônico. Explicou que outra coisa que facilitou foi a implantação da emissão do alvará eletrônico. Também as residências sem a BIT e ou a carta de ocupação, poderiam fazer o alvará condicionado. Disse que seria encaminhada uma nova lei para essa Casa, e o alvará de funcionamento fosse definitivo, o que estava agilizando no trabalho dos profissionais, e também que as micro empresas e baixo risco, eles iriam sair com o alvará, e só posteriormente os fiscais iriam fazer a fiscalização. A dívida ativa, em relação ao trabalho de pagamento em dia, diminuiu oito por cento. A contribuição da iluminação pública reduziu em vinte por cento, mas isso é bom para o contribuinte. Explicou que outro ponto que ajudou a reduzir a receita patrimonial foi a queda da taxa Selic. A receita de serviços aumentou em quarenta por cento, principalmente devido à taxa que a Urban pagou para a Prefeitura. Apresentou comparativo entre a origem de receitas, e explicou que a receita própria cresceu em dezessete por cento, e o repasse dos governos estaduais e federais aumentou em cinco por cento e oitenta e seis centésimos (5,86%), mostrando uma maior participação do Coíndice. Outras receitas correntes tiveram um aumento bem significativo, de cinquenta e seis por cento, proporcionado pela venda da folha para a Caixa. Outro ponto positivo, cujos resultados já foram vistos, foi o trabalho do prefeito e das lideranças, do Proana, em relação à receita de capital, que já totalizavam vinte e sete milhões de reais, e esse dinheiro que estava vindo para obras na cidade. No total líquido, houve um crescimento nas receitas de doze por cento e sete décimos (12,7%), o que possibilitou a quase chegar no limite prudencial. Foi um segundo quadrimestre de muito resultado sem nenhum impacto de fiscalização ou terrorismo com a população. A Dívida Fundada era de duzentos e trinta e um milhões de reais em trinta e um de dezembro, e o saldo atual era de cento e noventa e sete milhões de reais, e doze milhões de reais foram pagos. Explicou que havia uma dívida de cinco milhões duzentos e cinquenta e dois mil reais correspondente ao PASEP, e a Receita Federal fez o ato de infração,

e ela foi inclusa em dois mil e dezessete, mas era uma dívida anterior. Quanto aos restos a pagar, o saldo era de quarenta e três milhões setecentos e setenta e cinco mil reais, e desse saldo a dívida com a GC Ambiental totalizava vinte quatro milhões de reais, dos quais já foram pagos parte na primeira parcela, e sem essa dívida o total cairia para dezenove milhões de reais. Para dívidas que seriam pagas nos próximos quatro anos, com a aprovação da transferência de pessoas do financeiro para o previdenciário, diminuiu a necessidade de aporte ao ISSA, mas já foram repassados vinte e seis milhões de reais. Quantos aos precatórios, já foram pagos vinte e um milhões de reais em dois mil e dezessete, e em dois mil e dezoito já foram pagos nove milhões de reais, e estavam programados o pagamento de sete milhões de reais em outubro, e o saldo estava por volta de oitenta milhões de reais, e estava apenas reduzindo. Os restos a pagar eram de dezenove milhões de reais em dois mil e dezessete, e foram pagos já em dois mil e dezoito, considerando também restos a pagar de dois mil e dezessete, cinquenta e sete milhões de reais. Quanto aos direitos trabalhistas, a previsão era de cinco milhões de reais, mas devido à Prefeitura pagar os novos processos que surgem a cada dia, já foram pagos seis milhões em dois mil e dezessete e três milhões em dois mil e dezoito, totalizando já nove milhões de reais, e com o pagamento dos direitos que ainda restariam da Saúde e da Educação, acreditava que até o fim do ano deveriam ser zerados os processos a serem pagos desde o ano de dois mil e dez. Explicou que o total de pagamento de dívidas em dois mil e dezoito era de noventa e seis milhões de reais. Apresentou o quadro de despesas pagas por unidade orçamentária, e explicou que as maiores despesas são com a Saúde e a Educação, que é o foco da Prefeitura, e somando com o Fundeb, cerca de sessenta e três por cento de todos os recursos da Prefeitura iriam para a Saúde e Educação. Depois, outra unidade com grande movimentação era o Meio Ambiente, devido ao trabalho de coleta e varrição da cidade; e a Secretaria de Obras, por causa do grande número de obras na cidade, mas isso deveria ser considerado como um investimento. As despesas da Secretaria Municipal de Fazenda estavam altas por causa do pagamento de

dívidas, que se contabilizavam nessa unidade orçamentária. Apresentou os gastos com Saúde, e explicou que a Lei determina a aplicação de quinze por cento dos recursos próprios do Município com Saúde, e foram transferidos vinte e três por cento e cinquenta e sete centésimos (23,57%) no total. Explicou que a Saúde tinha dívidas de anos anteriores, e um pouco desses recursos foram usados para pagar essa dívida, então, apenas vinte por cento e oitenta e oito centésimos (20,88%) foram empenhados e liquidados. Apresentou os gastos com Educação, e explicou que os gastos aumentaram de trinta e dois por cento e vinte e três centésimos (32,23%) para trinta e dois por cento e oitenta e quatro centésimos (32,84%). Disse que os maiores gastos foram em relação aos salários, que tiveram reajustes, e explicou que Anápolis era um dos poucos Municípios que deram a correção da inflação aos professores e funcionários, e considerava o reajuste não como um gasto, mas sim como um investimento. Explicou que o grande desafio, desde o primeiro mês da atual gestão, era o gasto com pessoal, que no primeiro mês ficara em quase sessenta e nove por cento da receita arrecadada no mês, fechara o primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete em sessenta por cento, e desde então o índice vinha caindo. Isso se deveria também à receita que melhorou e algumas contenções de despesas na área de pessoal. Apresentou o índice do quadrimestre, de cinquenta e um por cento e noventa e três centésimos (51,93%), e explicou que estavam trabalhando para encerrarem o mês de dezembro abaixo do índice prudencial de cinquenta e um por cento e três décimos (51,3%). Apresentou a tabela com os valores de repasses para os fundos, de acordo com a Lei. Agradeceu o Josemilton, diretor de Contabilidade, pelo trabalho feito desde o início, e explicou que, dos dezesseis balancetes apresentados na atual gestão, quatorze já foram aprovados e três [sic!] tiveram sua diligência respondidas e acreditava que logo seriam aprovados. Agradeceu também à Diretoria Financeira, e a toda equipe da Secretaria da Fazenda. - O senhor presidente agradeceu ao senhor Geraldo Lino. Explicou que seriam realizados os questionamentos por parte dos vereadores da Casa.

---

**PROFESSORA GELI SANCHES:** Cumprimentou o prefeito Roberto Naves e a  
**Ata de Sessão Especial** Página 5 de 15

toda sua equipe. Logo após, especificou que seus questionamentos seriam dirigidos à área da educação e da saúde. Disse que os professores da rede municipal aguardavam a complementação do reajuste salarial de seis por cento e oitenta e um centésimos (6,81%) referente ao piso nacional da categoria. Portanto, questionou qual seria o posicionamento do prefeito para alcançar o reajuste negociado no início do ano. Mencionou ainda o Programa de Autonomia Financeira às Instituições Educacionais (PAFIE), pois esse recurso financeiro era significativo para sustentar as escolas, e o trabalho bem feito pelas escolas com relação a esse recurso financeiro sempre se refletiu na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Destacou que as escolas do município atingiram um índice bem maior que muitas do país, e citou a Escola Municipal Santo Antônio. Mencionou o desempenho da Escola Municipal Maria Elizabeth Camelo Lisboa. Referente à área da educação, disse serem esses os seus questionamentos, o reajuste salarial e o PAFIE. No que diz respeito à área da saúde, mencionou participar de uma comissão na associação de apoio ao paciente com câncer, onde, em um fórum organizado pela instituição, fora dito pela Secretaria de Saúde que haveria a informatização do Programa Saúde da Família (PSF) e isso teria papel relevante na regulação. Questionou sobre o andamento daquela informatização e também sobre o atendimento de alta complexidade, e perguntou como estaria a regulação para aquele atendimento, especialmente para os pacientes com câncer. Concluiu agradecendo e parabenizando a gestão municipal por aquela prestação de contas. - JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes e disse que foi observada uma queda na receita referente às contribuições no primeiro quadrimestre para o segundo quadrimestre, e do segundo quadrimestre de dois mil e dezessete para o segundo quadrimestre de dois mil e dezoito, sendo aquela diminuição na contribuição oriunda da iluminação pública como fora dito antes. Descreveu que, em sua percepção, a situação econômica no país, Estado e Município afetam de maneira geral os trabalhadores, e aquela diminuição seria devida à inadimplência dos consumidores no momento de quitar esse serviço. Além disso, disse que se

empenha muito pelo lado social, e solicitou uma contribuição maior na pasta de integração social, pois observou que muitas pessoas necessitavam de ajuda do poder público. Explicou que, havendo um aumento no investimento daquela pasta, provavelmente seria possível ajudar aquelas pessoas necessitadas. Parabenizou o Executivo pelos índices da saúde e educação. Questionou sobre a distribuiçã das insulinas para os diabéticos, se elas estariam sendo mantidas em dia, pois teria visto recentemente pessoas se manifestando por causa da dificuldade de obterem as insulinas nos postos. Concluiu parabenizando o Executivo pela responsabilidade fiscal, e destacou a diminuição do índice prudencial em relação à prestação de contas anterior. - LUIZ LACERDA: Cumprimentou o prefeito Roberto Naves e toda a sua equipe por aquela prestação de contas. Solicitou que o secretário respondesse a uma questão referente à receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e solicitou informações sobre as parcelas do Programa Goiás na Frente, e disse saber do compromisso do prefeito em efetuar algumas obras através daquelas parcelas. Perguntou sobre a perspectiva de repasse do Programa Goiás na Frente e sobre a evolução da receita com o repasse do ICMS. - LÉLIO ALVARENGA: Cumprimentou o prefeito Roberto Naves e toda a sua equipe e os demais presentes. Disse que seu questionamento seria referente à área da saúde, e explicou que notou uma queda no investimento de vinte por cento e oitenta e um centésimos (20,81%), já justificado anteriormente pelo secretário Geraldo Lino. Além disso, falou sobre a dificuldade em se marcar um exame simples como o hemograma na rede municipal, e essa dificuldade e tantas outras eram consequências do orçamento que estava estourado, e o secretário de saúde ao explicara ao vereador em uma conversa que tiveram no gabinete do secretário. Mencionou a solicitação de uma audiência publica para ser realizado o cadastramento do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), e diante disso questionou o andamento dessa questão, quais seriam os critérios a serem tomados para solucionar definitivamente a questão da saúde em Anápolis e dos demais municípios atendidos pela cidade.

Com relação ao município, disse que comprehende que a cidade está longe de

ter uma saúde eficiente, mas que tem consciência que essa questão não seria exclusiva de Anápolis. Explicou então que seu questionamento era em relação às providências a serem tomadas para solucionar os problemas na área da saúde. Concluiu parabenizando o prefeito Roberto Naves por aquela prestação de contas. - LISIEUX BORGES: Comunicou que não faria exatamente um questionamento. Explicou que o secretário havia dito que o processo para liberação dos alvarás estava sendo agilizado, mas que o isso não foi constatado por parte da comunidade dos investidores, dos consumidores e dos prestadores de serviços do município. Mencionou sua participação em algumas entrevistas defendendo o código sanitário, o qual foi gerenciado por aquela Casa de Leis com auxílio da comunidade e empreendedores do município. Apontou que não estava sendo colocada em prática a simplificação da emissão do alvará de funcionamento, mesmo constando no código tributário do município,. Disse que o procedimento para conceder o alvará não estava sendo seguido, e só deveria ser concedida após outras licenças estarem atualizadas, como a do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, e eventualmente a do Meio Ambiente. Contudo, ressaltou que recentemente essa norma passou a ser seguida, e disse não ter conhecimento da pessoa que realizou essa ação de retomar o procedimento correto, que é lei. Sugeriu que fosse desvinculada a questão de forma legal ou que fossem colocados os facilitadores que constam no código sanitário do município. Concluindo, disse que seu discurso foi apenas uma pontuação, e que ficaria à disposição para comentários posteriores. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou o prefeito Roberto Naves e toda a sua equipe, e disse que a gestão municipal estava sendo bem planejada. Relatou a evolução referente ao comparativo de receita tributária, descrevendo o incremento de nove por cento e trinta e oito centésimos (9,38%) e dezessete por cento e setenta e dois centésimos (17,72%) da receita tributária, a qual envivia o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Falou sobre o questionamento do vereador Lisieux referente às cobranças no serviço de roçagem e capina, e explicou que os dados daquele relatório responderia a

pergunta do vereador. Lembrou outro questionamento realizado no quadrimestre anterior, onde foi apontado o retorno da capacidade de arrecadação financeira do município. Diante disto, solicitou ao prefeito que enumerasse alguns investimentos que estavam em andamento, e foram possíveis para a população em função do incremento de arrecadação, no efetivo ano e o posterior. Falou sobre uma variação positiva no total da receita de doze por cento e vinte e oito centésimos (12,28%), e também uma queda de sessenta e nove milhões aproximadamente no rol de restos a pagar. Comentou ser aquele um avanço muito grande, cerca de trinta e cinco por cento (35%), mostrando que os impostos estariam sendo devolvidos. Com relação ao índice prudencial explicou que houve um grande avanço também, pois no outro quadrimestre estavam em cinquenta e dois por cento e sessenta e oito centésimos (52,68%), passando para cinquenta e um por cento e noventa e três centésimos (51,93%). Todavia ressaltou que ainda não estava num índice tolerável, mas que o prefeito tinha esse compromisso. Por fim, solicitou que se falasse sobre as novas ações para o índice desejável ser atingindo. - LUZIMAR SILVA: Cumprimentou o prefeito Roberto Naves e secretários presentes. Em seguida agradeceu as benfeitorias realizadas pelo Executivo no Setor Sul e bairro Calixtópolis. Falou sobre o Hospital do Câncer, e perguntou o motivo da Secretaria de Saúde não encaminharem pacientes para aquela unidade de saúde, e também porque não estavam sendo realizadas tomografia e ressonância no local. - PASTOR ELIAS FERREIRA: Cumprimentou o prefeito Roberto Naves bem como todo o seu secretariado e os demais presentes. Falou sobre a dedicação do prefeito em relação à área da saúde, mas ressaltou que, apesar do grande esforço feito pelo Poder Executivo, o cenário da saúde continuava ruim. Comentou também sobre sua visita ao gabinete de Roberto Naves, que tivera como objetivo apresentar a questão do transporte para os pacientes renais, onde o prefeito se comprometera a verificar essa demanda. Questionou como estaria o andamento daquela questão, pois observara o empenho do prefeito, mas não tinha conhecimento sobre o progresso daquela temática. Levantou ainda o questionamento sobre os

exames, o que já havia sido comentado antes pelos vereadores que o antecederam, e questionou sobre a programação da instalação da iluminação de LED para o restante do município. - O senhor presidente agradeceu os pares e concedeu o uso da palavra para o prefeito Roberto Naves, a fim de que fossem feitas as considerações em relação aos questionamentos dos vereadores. ROBERTO NAVES: Cumprimentou os vereadores e falou sobre o prazer em estar nessa Casa de Leis prestando esclarecimentos e prestando contas. Cumprimentou cada um dos vereadores presentes e os servidores. Explicou que as pessoas se lembram das coisas quando acontecem problemas, e questionou há quantas décadas não se fazia uma prestação de contas no mês de setembro onde o problema da falta de água não fosse sequer mencionado. Disse que é com muita alegria que iniciava um novo ciclo, o qual coloca realmente as dificuldades e preocupações da população anapolina em primeiro lugar. A transposição do Capivari ao Piancó funcionou, tanto que a já chuva estaria chegando e a água não tinha faltado. Também falou sobre o novo contrato que foi muito discutido no que diz respeito a Saneago, e o dinheiro já estava na conta, e seria feito um investimento de cento e quatorze milhões de reais para construção de uma nova estação de tratamento e de tratamento de esgoto. Disse que é uma vitória da cidade de Anápolis. Falou também sobre os reajustes, do PAFIE e da informatização, questionados pela vereadora Professora Geli. Explicou que é preciso planejar, e foi aberto um processo da informatização da Saúde, que passou pela Procuradoria, foi feito o pregão, e o processo licitatório foi feito e já estavam sendo implantados. Em relação aos reajustes dos professores, disse que todos os compromissos com essa classe seriam cumpridos a risca, e o limite prudencial está caindo, o que mostrava sua responsabilidade, e esperava que em dezembro o índice estivesse abaixo de cinquenta e um por cento, e a partir do momento que diminuisse, seriam concedidos os reajustes. Disse que havia um grande motivo para se comemorar, porque seria inaugurada a escola Luiz Carlos Bisinoto, como um exemplo e um novo padrão de escola, e com isso se iniciaria um ciclo de prédios, com condições de trabalho para os professores,

onde todas as salas foram equipadas com ar condicionado, recursos audiovisuais e toda a escola era equipada com câmeras de seguranças. Disse que o professor era a máquina que transmitia conhecimento e fazia a educação se propagar, mas melhores condições de trabalho fariam com que produzissem cada vez mais. Convidou os vereadores a participarem da inauguração, e disse que pretendia entregar prédios com qualidade e condições dignas de trabalho. Sobre o PAFIE, a última parcela já estava no orçamento para a semana seguinte. Respondendo ao vereador Luiz Lacerda, sobre o ICMS, explicou que os estudos apontavam a previsão de queda da arrecadação do ICMS em Goiânia e Aparecida de Goiânia, e estaria previsto aumento de dois por cento para Anápolis no ano seguinte. Respondendo ao vereador Lélio, sobre os cartões do SUS, explicou que um dos problemas que precisaria ser resolvido era o servidor, o que causava paralisação, inclusive interrompendo as atividades e o atendimento do Rápido, e com o novo banco de dados obtido em parceria com a Receita Federal e o novo servidor que seria implantado, seriam cruzados os dados com os cartões do SUS e enviados para o Ministério da Saúde, solicitando o cancelamento dos cartões de todas as pessoas que não morassem no Município de Anápolis. Explicou que essas pessoas não deixariam de ser atendidas, porque existe uma pactuação, mas a conta seria enviada ao Município de residência da pessoa. Sobre a pactuação, a questão estava sendo revista, e em questão os diversos procedimentos, porque o valor pactuado com os municípios não totalizavam trinta por cento do total, e Anápolis precisava pagar por eles. Respondendo ao vereador Lisieux Borges, sobre a questão dos alvarás, explicou que o secretário Geraldo Lino disse que as pessoas chegariam com os documentos completos e o alvará seria emitido em tempos recordes, mas ele dissera muito bem quanto à necessidade dos documentos completos. Lembrou que a carta da BITS era um problema, e essa Casa de Leis e a Prefeitura propuseram um projeto de leis que gerou o alvará condicionado. Sobre os demais documentos, questionou se os vereadores teriam coragem de assinar uma lei autorizando o alvará sem a autorização do Corpo de Bombeiros, e assumiriam a responsabilidade ao

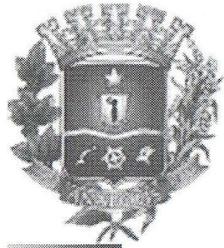
permitirem que ocorresse algo semelhante ao ocorrido na Boate Kiss. Explicou que havia necessidade de se ter responsabilidade e pontuar muitas coisas. Quando alguém não consegue emitir o alvará, era necessário investigar o motivo. Caso todos os documentos estivessem corretos, nesse caso o problema seria da Prefeitura, e iriam buscar solucioná-los, mas quando faltaram documentos, o alvará não foi emitido, e se mesmo assim a Prefeitura os emitisse, a responsabilidade seria dela. O que a Prefeitura pretendia garantir seria maior velocidade e tecnologia, mas caso desejassem alvarás sem laudos Corpo de Bombeiros ou da Vigilância Sanitária, isso poderia ser proposto por essa Casa, mas seria necessário assumir os riscos que pudessem vir. Respondendo ao vereador Luzimar, que falara sobre o Hospital do Câncer, explicou que às vezes as pessoas confundem algumas coisas, e cobravam da Prefeitura o que não seria de conta dela. O Hospital do Câncer não era um prestador de serviços vinculado à Prefeitura Municipal de Anápolis, mas sim um prestador terceirizado vinculado ao Hospital Evangélico, e quem deveria autorizá-lo a prestar os serviços é o Hospital Evangélico. A Prefeitura não poderia tratar junto ao Hospital do Câncer diretamente, pois o prestador era o Hospital Evangélico, mas ainda assim estava ajudando a unidade, e inclusive levou os responsáveis do hospital para discutirem com o ministro da Saúde, e pediram que se aumentasse o número de Unacons no Município. Lembrou que era realizada a cobrança junto ao Hospital Evangélico, que informara que o serviço não deixara de ser executado, mas passara a ser feito no próprio Hospital Evangélico e não no Hospital do Câncer, pois aquele estaria montando a sua Unacon, e os poderes públicos não poderiam fazer nada em relação a isso. Respondendo ao vereador Pastor Elias Ferreira, disse que já estava sendo discutida como seria feita a ampliação e instalação das lâmpadas LED, e já começaram pelo bairro Recanto do Sol, e a diferença pode ser percebida pela população e por quem passa pela BR 414, onde vê o contraste entre a antiga iluminação e a atual. Explicou que o início pela região Norte foi para mostrar que a população mais distante dos centros que ela também merece ser respeitada. Explicou que a região fora escolhida pois se percebeu que o

número licitado seria suficiente, e sobraram cerca de trezentas e cinquenta unidades para manutenção e já fizeram outra região, em Goialândia, o primeiro distrito de Anápolis iluminado por LEDs. A Avenida principal do Bairro Recanto do Sol ainda não tinha sido feita porque fora percebida a necessidade de lâmpadas mais potentes. O próximo processo licitatório previa nove mil lâmpadas, e colocou-se à disposição dessa Casa para definir prioridades, e se necessário até para realizar audiência pública. Lembrou que fora questionado sobre as obras paradas na última prestação. Explicou que algumas foram retomadas, e quanto às que não foram, houve problemas em processos licitatórios, e seriam realizados novos processos, mas não havia nenhuma obra parada por motivos financeiros. Reforçou que não havia nenhuma obra parada em Anápolis por falta de recursos financeiros, mas por problemas na licitação ou com documentação. Adiantou que aconteceria às cinco da tarde o estudo detalhado em relação à execução do prédio da Câmara Municipal, mas não apresentaria ou exporia os nomes, devido ao período eleitoral, e faria a discussão depois do dia sete de outubro. Também disse que Anápolis ganharia mais duas UPAs, e uma, conforme era de conhecimento dos vereadores, já seria implantada no Cais Progresso. A novidade então seria a outra unidade a ser implantada, onde antes se planejava construir um centro de atendimento pediátrico, mas viram que seria melhor transformá-lo em uma UPA com perfil pediátrico, pois assim a unidade poderia receber um aporte mensal do Ministério da Saúde de quinhentos mil reais por mês, o que não aconteceria com um centro pediátrico. Também explicou no dia quinze de novembro, caso não houvesse segundo turno, seriam entregues as dez novas viaturas da Patrulha Tática para aumentar a segurança no Município, em parceria do CMTT, da Polícia Militar, do GGIM e da Prefeitura, e as viaturas não estavam rodando ainda por causa do período eleitoral. Sobre as pontas de rua, disse que o recurso já estava disponível, mas não poderiam ser iniciadas por causa do período eleitoral, por se tratar de verba federal, e o asfaltamento se iniciaria no dia seguinte à eleição. Explicou ainda que um dado muito importante que

fora colocado, em relação a receitas, e parabenizou toda a equipe do Pró-Ana,

pois buscaram junto ao Governo Federal e ao Governo Estadual mais de vinte e oito milhões de reais. Isso foi um trabalho possível graças também aos técnicos que estudaram, projetaram, e graças ao seus esforços, permitiram que a administração pudesse avançar na cidade de Anápolis. Disse que o feirão do Bairro de Lourdes e da Alexandrina estavam sendo refeitos com esses recursos. Disse que também o Recanto do Sol ganharia um feirão, assim como a região Sul. Também estava sendo construída nova uma escola na Região Sul, e dez campos society foram licitados, graças ao Pró-Ana. Lembrou as vitórias alcançadas junto com essa Casa, feitas com trabalho árduo. O ponto eletrônico foi licitado para toda a Prefeitura, e estava se preparando para ser instalado. Falou ainda sobre o problema da folha, que era ainda antiga, e seriam abertos em breve os envelopes como o resultado da licitação para a escolha da empresa que realizaria o estudo para realizar a atualização da folha de pagamentos. A empresa que faria o geoprocessamento já fora contratada, e a Anac já havia emitido a autorização para a realização das imagens. Disse que a partir desse georreferenciamento, haveria uma segurança para todos que tinham uma casa no Município e uma cobrança mais justa. Parabenizou a todos os vereadores e aos funcionários da Prefeitura que trabalharam sem hora extra, para a realização do Arraiá, e disse que mais de setenta e três toneladas de alimentos foram arrecadadas e diversas instituições foram ajudadas. Disse que visitou a igreja do Residencial Ana Carolina com o vereador Valdete, onde viu as mesas adquiridas com os recursos arrecadados pela comunidade durante a festa. Lembrou que o Município de Anápolis conseguiu controlar o surto de dengue, e a saúde avançou muito nesse período. Parabenizou a todos os vereadores que provocaram o poder público, e lembrou que na próxima sexta-feira seria discutida em sessão extraordinária a possibilidade de um aporte à Santa Casa. Agradeceu a cada um dos vereadores, e explicou que assumira a Prefeitura em um momento financeiro delicado, reflexo da situação pela qual passava o Governo Federal e o país. Agradeceu aos vereadores por acreditarem no potencial dos secretários e por participarem da sua gestão. Explicou que entendia que uma série de ações

estavam sendo implementadas, e isso demandaria muito trabalho, mas que essa Casa e a Prefeitura não tinham medo de trabalhar. - Assumiu a presidência da sessão a senhorita vice-presidente, vereadora Thaís Souza, que agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio de Sabrina Santos Rufino, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa e demais autoridades presentes.\*\*\*\*\*



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## **Relatórios de Gestão Fiscal**

**Audiência na Câmara Municipal de Anápolis**

**2º Quadrimestre de 2018**

**Exmo. Sr. Prefeito Roberto Naves e Siqueira**



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- A Audiência Pública visa atender ao disposto no inciso 4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a finalidade de demonstração, avaliação e cumprimento das metas fiscais do Segundo Quadrimestre do ano de 2018.

# SUMÁRIO

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.....	4
Receita Corrente Líquida Total .....	5
Receita Tributária.....	6
Receita Patrimonial .....	7
Transferências Correntes.....	8
Comparativo da Receita entre Quadrimestres 2017 / 2018.....	9
Demonstrativo da Dívida Fundada.....	10
Demonstrativo dos Restos a Pagar .....	12
Dívidas a serem pagas nos 04 anos .....	13
Demonstrativo da Despesa Paga por Secretaria .....	14
Demonstrativo da Aplicação na Saúde.....	16
Demonstrativo da Aplicação na Educação.....	18
Despesa com Pessoal.....	20
Transferências.....	21



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## **ANEXO I**

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de acordo com o inc. IV, do art. 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de acordo com a LRF, art. 53, inciso I.

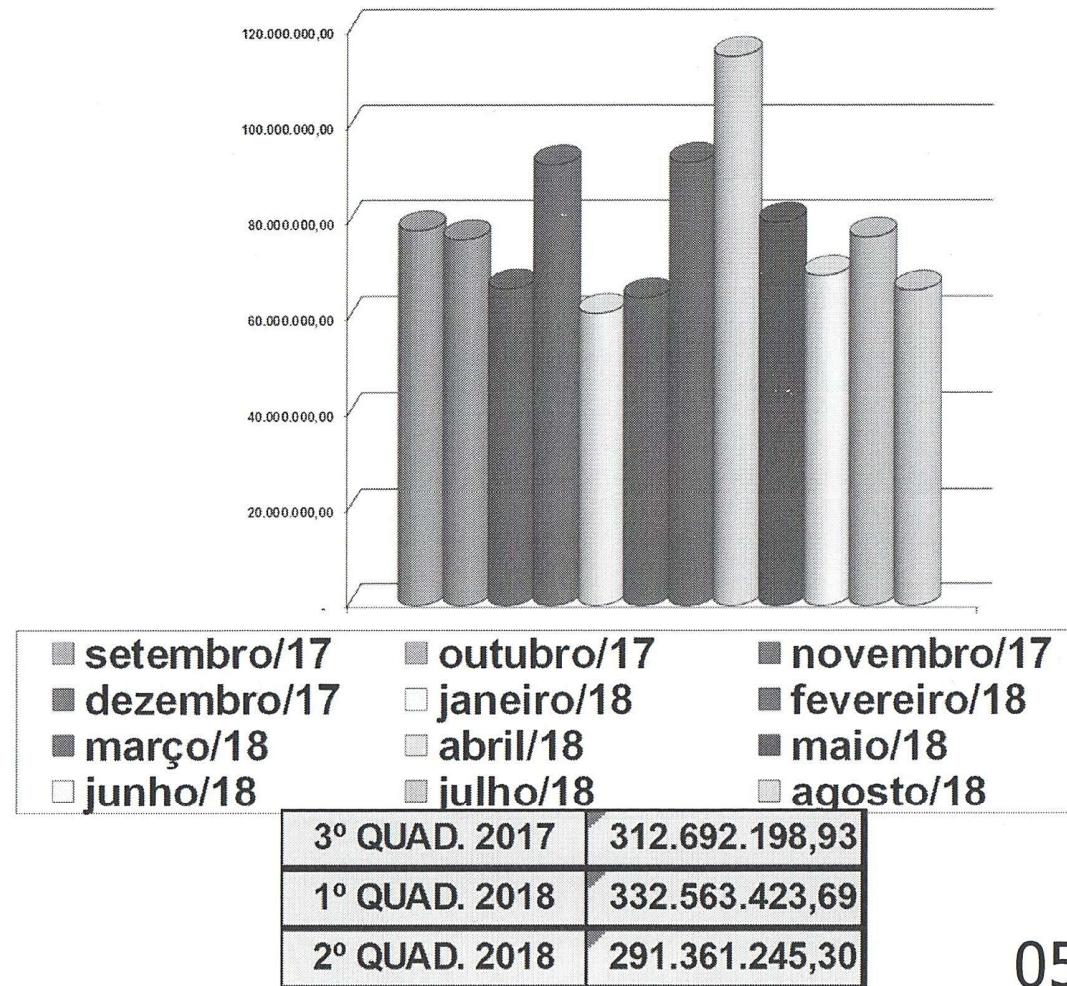
Evolução da receita realizada nos últimos 12 meses -  
Período: Setembro/2017 a Agosto/2018.



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TOTAL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
setembro/17	78.187.492,80
outubro/17	76.307.423,19
novembro/17	66.075.295,72
dezembro/17	92.121.987,22
janeiro/18	60.986.718,84
fevereiro/18	64.220.466,83
março/18	92.646.956,37
abril/18	114.709.281,65
maio/18	79.894.455,88
junho/18	68.906.794,79
julho/18	76.816.852,24
agosto/18	65.743.142,39
TOTAL 12 MESES	936.616.867,92
TOTAL QUADRIMESTRE	291.361.245,30
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	1.107.377.603,53

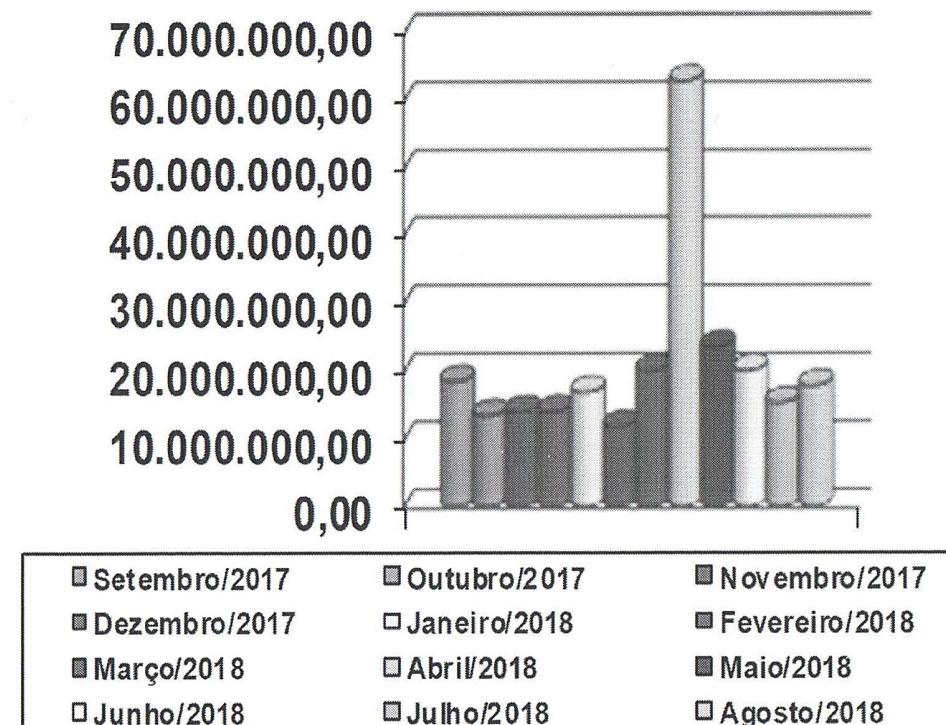




# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

I - RECEITA TRIBUTÁRIA	
Setembro/2017	18.506.842,48
Outubro/2017	13.484.754,29
Novembro/2017	13.998.785,22
Dezembro/2017	14.066.611,80
Janeiro/2018	16.933.881,52
Fevereiro/2018	11.840.506,37
Março/2018	20.017.020,99
Abril/2018	62.711.280,39
Maio/2018	23.535.883,58
Junho/2018	20.098.014,72
Julho/2018	15.359.931,01
Agosto/2018	17.847.231,95
TOTAL 12 MESES	248.400.744,32
TOTAL QUADRIMESTRE	76.841.061,26
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	315.524.653,43



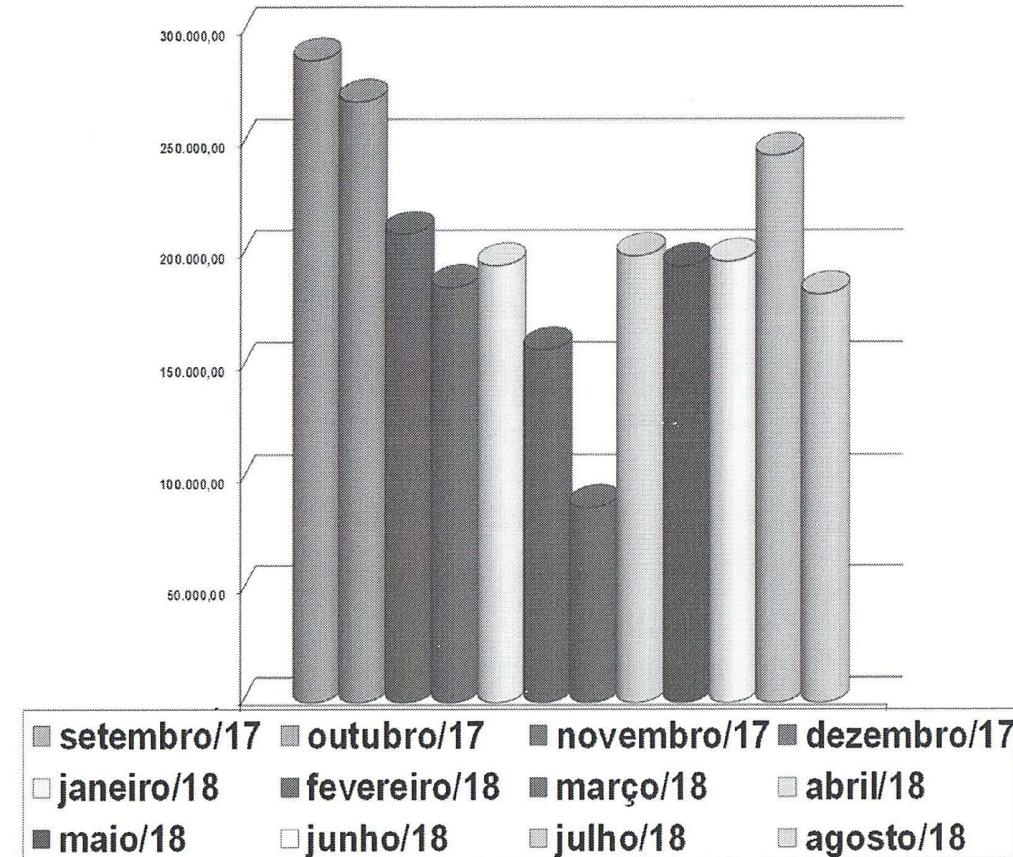
3º QUAD. 2017	60.056.993,79
1º QUAD. 2018	111.502.689,27
2º QUAD. 2018	76.841.061,26



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

III- RECEITA PATRIMONIAL	
setembro/17	287.400,25
outubro/17	268.935,24
novembro/17	209.694,61
dezembro/17	185.694,63
janeiro/18	195.339,36
fevereiro/18	157.834,81
março/18	87.651,97
abril/18	199.724,92
maio/18	195.168,52
junho/18	197.228,32
julho/18	244.913,69
agosto/18	182.639,56
TOTAL 12 MESES	2.412.225,88
TOTAL QUADRIMESTRE	819.950,09
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	16.518.975,63



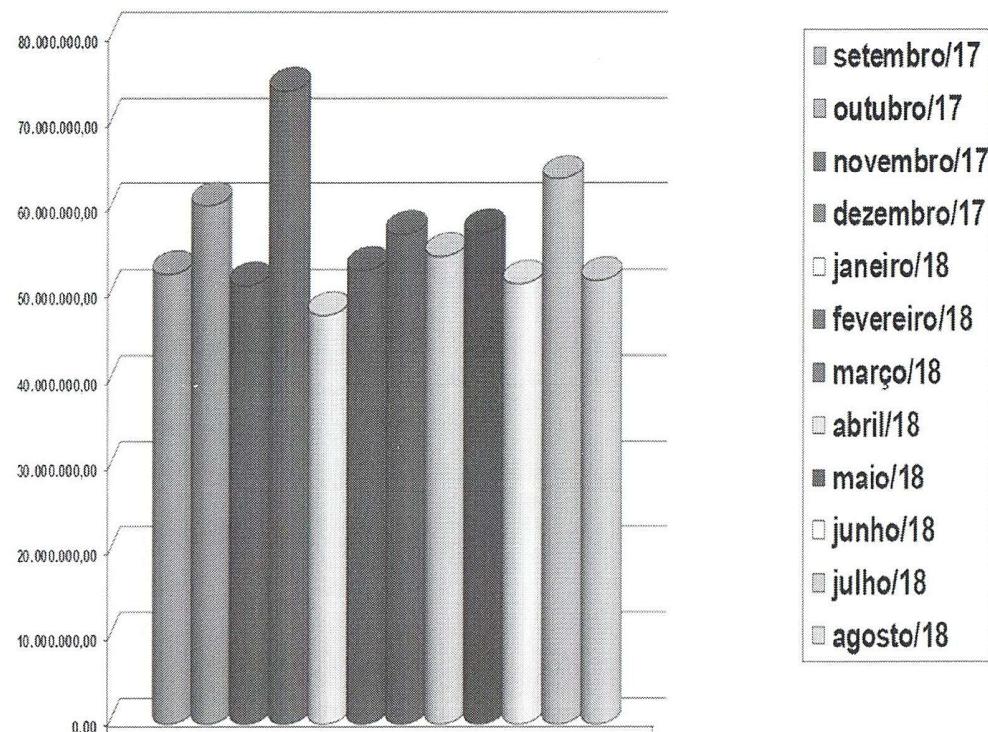
3º QUAD. 2017	951.724,73
1º QUAD. 2018	640.551,06
2º QUAD. 2018	819.950,09



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

IV - TRANSFERENCIAS CORRENTES	
setembro/17	52.461.367,45
outubro/17	60.383.762,52
novembro/17	51.324.218,66
dezembro/17	73.838.600,25
janeiro/18	47.669.837,57
fevereiro/18	52.924.300,47
março/18	57.075.418,79
abril/18	54.516.139,66
maio/18	57.237.152,31
junho/18	51.311.087,17
julho/18	63.539.924,83
agosto/18	51.699.476,79
TOTAL 12 MESES	673.981.286,47
TOTAL QUADRIMESTRE	223.787.641,10
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	775.020.386,14



3º QUAD. 2017	237.816.772,88
1º QUAD. 2018	212.185.696,49
2º QUAD. 2018	223.787.641,10

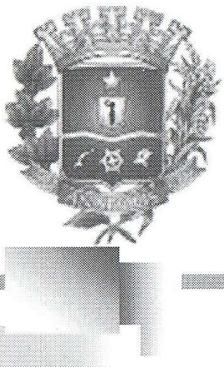


# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## COMPARATIVO DA RECEITA NO 2º QUADRIMESTRE 2017 / 2018

RECEITA	2º QUADRIMESTRE/2017	2º QUADRIMESTRE/2018	Variação
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>615.282.882,36</b>	<b>673.013.631,48</b>	<b>9,38%</b>
Receita Tributária	149.019.224,40	175.420.375,73	17,72%
Dívida Ativa	12.696.122,38	11.627.461,90	-8,42%
Contribuições	13.957.336,35	11.538.239,52	-17,33%
Receita Patrimonial	4.116.140,95	1.554.395,49	-62,24%
Receita de Serviços (URBAN)	211.408,99	298.034,09	40,98%
Transferências Correntes	412.005.831,56	436.169.629,20	5,86%
Outras Receitas Correntes	23.276.817,73	36.405.495,55	56,40%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>8.354.186,17</b>	<b>27.237.164,71</b>	<b>226,03%</b>
( - ) Dedução FUNDEB	44.947.993,73	48.059.600,08	6,92%
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>623.637.068,53</b>	<b>700.250.796,19</b>	<b>12,28%</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>578.689.074,80</b>	<b>652.191.196,11</b>	<b>12,70%</b>



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA

PERÍODO DE REFERÊNCIA:

**31/08/2018**

# DÍVIDA FUNDADA

<b>Descrição da Dívida Fundada</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Inscrição / Correção</b>	<b>Saldo em 31/08/2018</b>
INSS	25.931.559,18	13.718.944,23	682.204,56			13.036.739,67
Precatórios	115.955.243,97	94.391.893,87	9.525.557,85			84.866.336,02
AGEHAB	5.304.962,58	5.516.176,05				5.516.176,05
CELG	11.345.068,23	11.345.068,23				11.345.068,23
PASEP 13116-721929	15.714.816,54	15.798.757,40	230.572,16			15.568.185,24
INSS – ISSA	43.425,96	9.312,72	9.312,72			-
Pró-Transporte 1ª etapa	11.308.690,57	10.953.140,62	715.491,20			10.237.649,42
PASEP 13116-721826/2014-64	5.739.463,29	3.942.180,48	839.517,27			3.102.663,21
PASEP 13116-721900/2017-95 (Ref. 2013)	-	5.252.295,34	654.207,74			4.598.087,60
FURNAS - Centrais elétricas	1.098.050,61	760.188,90	218.108,55			542.080,35
Mobilidade Médias Cidades	38.887.850,02	48.910.650,55				48.910.650,55
<b>SOMA</b>	<b>231.329.130,95</b>	<b>210.598.608,39</b>	<b>12.874.972,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>197.723.636,34</b>

# RESTOS A PAGAR SALDO EM 31/08/2018

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR		TOTAL DE RESTOS A PAGAR
	Processados	Não Proc.	
	De Exercícios Anteriores	De Exercícios Anteriores	
Fundo Gestor FUNDEB	-	-	-
F. M. de Assistência Social	581.313,54	8.833,35	590.146,89
F. M. de Educação	186.512,54	170.867,37	357.379,91
F. M. de Saúde	11.063.440,70	8.051.091,54	19.114.532,24
F. Infância e Adolescência	461,69	-	461,69
ISSA - Instituto de Segur.	-	9,05	9,05
<b>Recursos Vinculados (I)</b>	<b>11.831.728,47</b>	<b>8.230.801,31</b>	<b>20.062.529,78</b>
Câmara	-	-	-
Corpo de Bombeiros	44,51	45.081,83	45.126,34
Executivo	1.659.533,34	21.955.016,53	23.614.549,87
F. M. de Defesa do Cons.	12.781,83	39.883,43	52.665,26
Procuradoria Geral	-	320,00	320,00
CMTT	-	-	-
<b>Recursos Não Vinculados (II)</b>	<b>1.672.359,68</b>	<b>22.040.301,79</b>	<b>23.712.661,47</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>13.504.088,15</b>	<b>30.271.103,10</b>	<b>43.775.191,25</b>

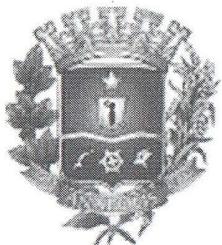


# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## DÍVIDAS A SEREM PAGAS EM 4 ANOS

DÍVIDAS	2017/2020	PAGO 2017	PAGO 2018
APORTE AO ISSA	240.000.000,00	47.236.159,28	26.199.969,10
PRECATÓRIOS	115.955.243,97	21.070.358,19	9.525.557,85
RESTOS A PAGAR	69.287.341,54	19.186.327,61	57.647.966,97
DIREITOS TRABALHISTAS	9.346.850,50	6.238.728,19	3.108.122,31
<b>TOTAL</b>	<b>434.589.436,01</b>	<b>93.731.573,27</b>	<b>96.481.616,23</b>



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA PAGA POR ÓRGÃO E  
SECRETARIAS

NO 2º QUADRIMESTRE DE 2018

(LRF, Artigo 52, Inciso II, alínea "c", do Anexo II )

Obs.: valor líquido

# Despesas Pagas por Órgão e Secretaria

## 2º Quadrimestre/2018

UNIDADE ORÇAMENTARIA	VALOR PAGO	%
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	192.692.905,39	32,90
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME	91.151.957,29	15,56
FUNDEB	83.884.838,35	14,32
SEC. MUN. DE MEIO AMB, HABIT. E PLANJ. URBANO	45.268.854,21	7,73
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	42.817.821,67	7,31
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEMFAZ	27.774.514,66	4,74
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM	20.614.553,11	3,52
CIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - CMTT	15.321.979,01	2,62
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	12.492.659,57	2,13
SEC. MUN. DE GOVERNO E RECURSOS HUMANOS	12.340.676,39	2,11
SEC. MUN. DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA	9.621.036,59	1,64
SEC. MUN. DES. SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	7.363.914,88	1,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	6.552.249,86	1,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	5.031.647,37	0,86
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	4.512.773,52	0,77
SEC. MUN. DE DES. ECONÔMICO, AGRIC. E TURISMO	4.218.382,52	0,72
FUNDO MUNICIPAL DO CORPO DE BOMBEIROS	1.356.871,23	0,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.055.254,14	0,18
CONTROLADORIA	921.084,08	0,16
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	467.849,20	0,08
FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO - PGM	183.589,47	0,03
FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON	69.247,52	0,01
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	7.919,85	0,00
<b>SOMA</b>	<b>585.722.579,88</b>	<b>0,00</b>



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA SAÚDE

JANEIRO A AGOSTO DE 2018



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## Aplicação na Saúde

2º Quadrimestre 2017/2018

PERÍODO	RECEITA DE IMPOSTOS (a)	DESPESAS LIQUIDADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (b)	TOTAL DE DESPESA LIQUIDADAS COM SAÚDE	% APLICADO 2º Quadrimestre 2017	% APLICADO 2º Quadrimestre 2018
JANEIRO A AGOSTO	R\$ 399.029.456,87	R\$ 83.323.464,12	R\$ 181.026.447,25	21,65	20,88

2018	Transferência ao FMS de Janeiro a Agosto/2018	R\$ 94.044.920,83	% em relação à Receita de Impostos
			23,57

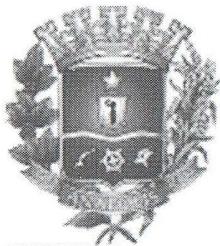


# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

JANEIRO A AGOSTO DE 2018



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## Aplicação na Educação

2º Quadrimestre 2017/2018

PERÍODO	RECEITA DE IMPOSTOS (a)	DESPESAS CONSIDERADAS PARA O ÍNDICE (b)	TOTAL DE DESPESAS LIQUIDADAS COM MDE	% aplicado no 2º Quad. 2017	% aplicado no 2º Quad. 2018
Janeiro a Agosto	R\$ 399.029.456,87	R\$ 131.031.224,39	R\$ 174.475.209,08	32,26	32,84

# DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

## SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$

DESPESA COM PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES	DESPESA LIQUIDADA	RESTOS A PAGAR NP
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		
Pessoal Ativo	632.835.287,60	3.708.538,29
Pessoal Inativo e Pensionistas	487.535.105,53	3.708.538,29
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Tercerização (art. 18, § 1º)	145.300.182,07	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	150.147.207,35	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	150.147.207,35	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	482.688.080,25	3.708.538,29
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>486.396.618,54</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	936.616.867,92	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V)*100</b>	<b>51,93</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%</b>	505.773.108,68	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%</b>	480.484.453,24	



# Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

## TRANSFERÊNCIAS 2º QUADRIMESTRE 2018

ÓRGÃO	Valor R\$	Variação
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	94.044.920,83	39,66%
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	84.166.213,43	35,50%
ISSA – INST. SEGUR. SOC. DOS SERV. DE ANÁPOLIS	28.134.572,75	11,87%
CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS	19.992.150,72	8,43%
COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES	4.547.675,22	1,92%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.256.484,36	1,37%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	1.470.504,97	0,62%
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	910.523,97	0,38%
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	473.059,66	0,20%
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	46.922,19	0,02%
FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA – PGM	39.732,96	0,02%
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	17.667,04	0,01%
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA	884,82	0,00%
<b>SOMA</b>	<b>237.101.312,92</b>	<b>100,00%</b>